

ATA NÚMERO TRÊS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES REALIZADA NO DIA 04 DE FEVEREIRO DE 2026

Aos quatro dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e seis, nesta vila de Fornos de Algodres, no edifício dos Paços do Concelho e na sala para o efeito destinada, reuniu a Câmara Municipal de Fornos de Algodres com as presenças de: Alexandre Filipe Fernandes Lote, que presidiu, Bruno Henrique Figueiredo Costa, Maria Luísa Dias Gomes, Rui Manuel Ferreira Lopes Furtado e João Manuel Pina Gomes, Vereadores. -----
Secretariou a reunião Célia Maria Candeias Ferreira, Técnica Superior. -----
Verificada a existência de quórum conforme o disposto no artigo 54.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deu-se início aos trabalhos pelas dez horas. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O Senhor Presidente usou da palavra, cumprimentando os presentes, bem como quem acompanhava a reunião através das redes sociais. Iniciou a sua intervenção manifestando sincero agradecimento ao Gabinete de Comunicação e Imagem, nomeadamente ao Eng.º André Pereira, à Dra. Célia Candeias e à Dra. Sofia Pacheco, pela elevada competência demonstrada na criação das condições necessárias para que os municípios, independentemente da sua localização, possam acompanhar, em formato online, a ordem de trabalhos da Câmara Municipal. Referiu ainda que, no dia anterior, havia sido assegurada a transmissão da sessão da Assembleia Municipal, o que implicou um esforço acrescido por parte dos referidos técnicos, no sentido de reorganizar, de forma célere e eficaz, o sistema de transmissão, possibilitando assim a realização da presente reunião em regime de difusão pública. -----

O Senhor Presidente prosseguiu a sua intervenção, informando que havia elaborado um Despacho através do qual, na sequência de parecer favorável emitido pelo MNAC, designou o Chefe de Divisão de Administração Geral, Dr. Américo Domingues, como responsável pelo cumprimento normativo da Câmara Municipal de Fornos de Algodres. No que respeita à sua atividade, deu conhecimento de que, no dia oito de janeiro, participou numa reunião na Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela, com vista à discussão, sobretudo, da candidatura relacionada com a descarbonização dos transportes públicos, a qual prevê a aquisição de dezasseis viaturas elétricas e dezasseis viaturas a hidrogénio. Informou que ficou decidido solicitar esclarecimentos ao Fundo Ambiental, no sentido de aferir se, procedendo-se à aquisição das viaturas através de uma central de compras, será aceite o pedido de reprogramação da candidatura, atendendo a que não serão utilizadas as dezasseis viaturas a hidrogénio inicialmente previstas. Relativamente ao caso específico do Município de Fornos de Algodres, sublinhou que foi manifestado interesse na aquisição de mais um autocarro elétrico, sendo que parte dos custos será financiada pela Comunidade Intermunicipal e a restante parte suportada pela Câmara Municipal.

Informou ainda que, no dia 13 de janeiro, participou numa nova reunião na Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela, cuja ordem de trabalhos incidiu, designadamente, sobre os seguintes assuntos: -----

Foi aprovado o Plano de Atividades, cujas principais temáticas incidem sobre a área da mobilidade e transportes, designadamente a nova concessão dos transportes rodoviários, que entrará em vigor no próximo ano letivo, tornando-se necessário garantir que, durante o período de transição, a respetiva operação seja devidamente acautelada, atendendo à sensibilidade da matéria, que envolve, nomeadamente, o transporte escolar. Pretende-se, igualmente, implementar um passe único multimodal na Região Beiras e Serra da Estrela, que permita aos utilizadores, mediante o pagamento de uma mensalidade, o acesso generalizado aos transportes públicos, incluindo carreiras rodoviárias e transporte ferroviário, na referida região. Verifica-se ainda o objetivo de alargar o transporte flexível a pedido, medida que o Município de Fornos de Algodres pretende implementar em 2026, a qual será posteriormente submetida a consulta pública no âmbito do PMUS — Plano de Mobilidade Urbana Sustentável. Salientou-se que a Câmara Municipal deu um importante contributo para este instrumento, com o apoio da Divisão Técnica Municipal, encontrando-se igualmente em elaboração o Plano Municipal de Mobilidade Urbana Sustentável, no qual será considerada informação relevante constante do Plano Intermunicipal. -----

Relativamente aos Instrumentos Territoriais Integrados (ITI), o Senhor Presidente informou que a Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela dispõe de uma dotação global de cento e oito milhões de euros, a distribuir pelos municípios integrantes, contemplando oito projetos de natureza intermunicipal. Referiu que, do montante global afeto a esses projetos, no valor de oito milhões de euros, a Comunidade Intermunicipal gere quatro milhões e trezentos mil euros, incidindo, designadamente, nas áreas da cibersegurança, competitividade das PME, plano de descarbonização e logística, plano de promoção do sucesso escolar, mobilidade e estruturação de produtos turísticos. Fez ainda referência à área da habitação acessível, cujos pormenores haviam já sido apresentados em reunião anterior, sublinhando que, no âmbito do acordo estabelecido com o Governo, estão previstas para o território das Beiras e Serra da Estrela setecentas e vinte habitações, com um apoio financeiro estimado em aproximadamente oitenta e dois milhões de euros. Acrescentou que, não obstante se verificar alguma resistência por parte do Governo no avanço do processo, o Senhor Presidente do IHRU se mostra otimista quanto à sua concretização, atendendo à existência de acordos celebrados que, previsivelmente, serão honrados. -----

No que respeita à temática dos territórios inteligentes e à modernização digital dos municípios, o Senhor Presidente informou da existência de um programa relevante, designadamente a Plataforma de Gestão Urbana Intermunicipal, a qual permitirá aos municípios a aquisição de diversos módulos verticais, com vista à modernização dos serviços, quer ao nível da Comunidade Intermunicipal, quer ao nível municipal. Referiu que esta plataforma poderá abranger áreas como a iluminação pública, transportes, monitorização ambiental e gestão de resíduos. No domínio do turismo e da captação de investimento, deu ainda conta da apresentação de várias candidaturas por parte da Comunidade Intermunicipal, destinadas à conceção e desenvolvimento de produtos turísticos integrados, incluindo a presença em feiras como a BTL e a FITUR, bem como a promoção de iniciativas, designadamente “fun trips”, com o objetivo de reforçar a divulgação e valorização do território. -----

No que respeita à área da descarbonização, florestas e demais matérias de âmbito intermunicipal, o Senhor Presidente informou que a Comunidade Intermunicipal dispõe de um Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal e de duas Brigadas de Sapadores Florestais, as quais serão reforçadas no corrente ano, prevendo-se a contratação de dezasseis a dezoito profissionais, que prestarão serviço, de forma rotativa, em cada um dos municípios, durante um período de quinze dias. Relativamente a esta matéria, informou ainda que o Município de Fornos de Algodres já procedeu à identificação das necessidades de intervenção para o ano de 2026, designadamente na EN 16, no troço compreendido entre a Ponte de Juncais e a Ponte de Vila Soeiro do Chão, bem como nas faixas de gestão de combustível com 20 metros de largura ao longo da antiga IP5. -----

Fez ainda referência à aquisição de um trator pela Comunidade Intermunicipal, no âmbito de uma candidatura em curso, verificando-se, contudo, alguma resistência por parte de alguns municípios quanto à sua utilização, atendendo ao facto de se tratar de um equipamento de grande porte e elevado peso, suscetível de, em determinadas situações, provocar danos, designadamente derrocadas de muros. Não obstante, o Senhor Presidente sublinhou que o Município de Fornos de Algodres e o Município da Covilhã manifestaram, desde o início, interesse na utilização do referido equipamento, cabendo agora à Comunidade Intermunicipal apresentar um plano logístico que assegure a sua gestão equilibrada, sem prejuízo para qualquer dos municípios interessados, nomeadamente em termos de encargos financeiros. -----

No âmbito da área da Educação, o Senhor Presidente fez referência ao projeto de promoção do sucesso escolar e à Rede Intermunicipal de Bibliotecas, a qual tem apresentado um funcionamento muito positivo, destacando-se o trabalho de catalogação desenvolvido nas diversas bibliotecas que a integram. Referiu que, através da plataforma da referida Rede, passará a ser possível requisitar obras existentes em qualquer das bibliotecas aderentes, sendo as mesmas remetidas para a Biblioteca Municipal de Fornos de Algodres, que procederá ao respetivo encaminhamento ao utilizador, bastando, para o efeito, que este seja detentor de cartão de leitor válido da Biblioteca Municipal. -----

O Senhor Presidente prosseguiu a sua intervenção, informando que foi igualmente discutido e aprovado o Orçamento da Comunidade Intermunicipal para o ano de 2026, no montante de trinta e seis milhões e setecentos mil euros, valor que resulta, em grande parte, da candidatura relativa à aquisição de autocarros elétricos e a hidrogénio. Foi ainda aprovado o Mapa de Pessoal, o qual integra, atualmente, vinte e sete trabalhadores, prevendo-se o seu aumento para cinquenta e três trabalhadores no ano de 2026, essencialmente em resultado do reforço de dezoito Assistentes Operacionais para as Brigadas de Sapadores e da contratação de oito Técnicos Superiores, face à necessidade de aumentar a capacidade de resposta às solicitações do território. -----

Informou ainda que foi efetuado um ponto de situação relativamente ao projeto de habitação a custos acessíveis, ao qual já havia feito referência anteriormente, na sequência da reunião realizada com o Presidente do IHRU. Mais informou que foram votados os representantes da Comunidade Intermunicipal para a Comissão Distrital de Proteção Civil de Castelo Branco e da Guarda, tendo o Senhor Presidente sido eleito segundo representante e o Presidente da Câmara Municipal da Guarda eleito primeiro representante na referida Comissão. Por último, referiu

que foram igualmente tomadas decisões quanto ao modelo de stand a utilizar na BTL — Bolsa de Turismo de Lisboa, bem como na FITUR — Feira Ibérica de Turismo. -----

O Senhor Presidente deu ainda nota de que, no dia quinze de janeiro, marcou presença no Primeiro Encontro de Dirigentes e Diretores Técnicos das IPSS; no dia dezasseis de janeiro, reuniu com o Presidente do IHRU; e, no dia dezassete, participou num almoço promovido pela Casa do Pessoal da Câmara Municipal de Fornos de Algodres, cuja iniciativa saudou. No dia dezanove de janeiro, reuniu com os responsáveis da E-Redes, a quem reportou diversas necessidades, designadamente a colocação urgente de um PT junto ao Mercado Municipal, atendendo à intenção de criar mais três ou quatro lugares de estacionamento para viaturas elétricas, bem como de instalar um posto de carregamento ultrarrápido, tendo o Município já recebido o respetivo orçamento e prevendo-se avançar, com brevidade, para a adjudicação. Alertou igualmente para a necessidade de se proceder a uma análise relativa à colocação de postes na Zona Industrial de Fornos de Algodres, situação também reportada à MEO, uma vez que os passeios daquela área são frequentemente utilizados para estacionamento de veículos pesados, sobretudo aos fins de semana, verificando-se, por vezes, danos nos postes, o que compromete o acesso das empresas ali instaladas à rede de comunicações, constituindo um constrangimento grave que importa resolver. Ainda no âmbito da reunião com a E-Redes, alertou para a necessidade de reforço da rede elétrica na Zona Industrial de Fornos de Algodres, atendendo a que existem pavilhões voltados para a EN 16 que não dispõem de iluminação pública, por se encontrar a rede instalada no lado oposto da via, tornando-se necessária a implementação de infraestrutura adicional, com vista a garantir melhores condições de segurança e funcionalidade às empresas que ali se pretendam instalar. -----

Informou ainda que participou numa reunião do Conselho de Administração da ADRUSE. No dia vinte de janeiro, realizou uma reunião na Câmara Municipal com a CIMPOR, a qual, no âmbito da expansão da sua atividade, manifestou a intenção de alargar a sua área de intervenção ao território de Fornos de Algodres, sendo necessário emitir o respetivo parecer sobre a matéria. Acrescentou que a CIMPOR irá assegurar o fornecimento de balastro para a ferrovia, material que será maioritariamente extraído no território de Fornos de Algodres, o que poderá traduzir-se num aumento de postos de trabalho, atendendo à necessidade de reforço das equipas. Referiu ainda que tal circunstância poderá permitir que residentes no concelho, atualmente a exercer funções noutras pedreiras da empresa, venham a desempenhar a sua atividade, mais próximo da respetiva área de residência, situação que considerou positiva. Sublinhou, contudo, a necessidade de realização de um estudo aprofundado de impacto ambiental, reconhecendo, simultaneamente, a importância de não desperdiçar recursos que poderão ser determinantes para a atratividade do território e para a criação de emprego. Na mesma reunião, o Senhor Presidente aproveitou ainda para encetar contactos preliminares com vista à análise da situação da Praia Fluvial de Juncais e da respetiva margem do rio, atendendo a que os terrenos em causa são propriedade da CIMPOR, admitindo-se a possibilidade de alcançar um entendimento que permita requalificar e valorizar aquele espaço, designadamente ao nível dos equipamentos existentes, bem como intervir numa ruína que ali se encontra e que carece de recuperação. -----

Deu ainda conhecimento de que reuniu com técnicos do IHRU, com vista a encontrar uma solução para uma candidatura em Algodres. No dia vinte de janeiro, reuniu com o Comando dos Bombeiros Voluntários de Fornos de Algodres, tendo sido discutidas diversas necessidades de melhoria operacional, designadamente a criação de um posto rápido de reabastecimento na zona da ETA, para utilização em caso de incêndio; o levantamento e intervenção em todas as bocas de incêndio, com clara identificação das que se encontram operacionais e inoperacionais, trabalho a desenvolver pelas EIP; a articulação do plano de limpeza das faixas de gestão de combustível, com vista à sua integração no Plano Operacional Municipal; a eventual localização de depósitos de água para apoio aos meios aéreos; e a implementação do Cartão do Bombeiro. Informou ainda que foi efetuada uma visita aos poços de Figueiró da Granja, com o objetivo de avaliar a possibilidade de criar, na área envolvente, um ponto de abastecimento de água a utilizar em situação de incêndio. -----

No âmbito da situação que se vive no País, na sequência das várias depressões e condições meteorológicas adversas que se têm feito sentir, o Senhor Presidente manifestou o seu sincero agradecimento ao Senhor Comandante da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fornos de Algodres, pela pronta disponibilidade demonstrada na prestação de apoio à população do concelho, bem como pelo facto de uma equipa daquela corporação se ter deslocado a Alvaiázere, com vista a colaborar nas operações de auxílio à população local, gesto que considerou motivo de orgulho para o Município e para todos os fornenses. -----

Informou ainda que, no dia vinte e um de janeiro, realizou reunião de Câmara em Figueiró da Granja; no dia vinte e dois, marcou presença na FITUR, em Madrid; e, no dia vinte e três, esteve presente numa iniciativa promovida pela Junta de Freguesia de Fornos de Algodres, no âmbito da V Edição do Dia Internacional da Educação, ocasião em que foram homenageadas duas jovens escritoras do concelho de Fornos de Algodres. Destacou a relevância da iniciativa, sublinhando que as referidas jovens, através das suas mensagens, transmitem um exemplo de superação das adversidades, demonstrando que é possível enfrentar situações particularmente desafiantes, designadamente doenças ou incapacidades associadas, encontrando na comunidade local um espaço de apoio, serenidade e inspiração para o quotidiano. -----

Referiu ainda que, no dia vinte e oito de janeiro, visitou o Centro Interpretativo de Fornos de Algodres, a obra da Creche em Infias e a obra de requalificação do Bairro do Ténis. Informou igualmente que, no dia dois de fevereiro, deu início ao atendimento ao munícipe, o qual passará a realizar-se às segundas-feiras, sem necessidade de agendamento prévio, tendo, nessa data, recebido dezasseis munícipes que lhe reportaram diversas situações, às quais procurará dar resposta com a maior brevidade possível. Para concluir, deu ainda nota de que, no dia três de fevereiro, se realizou a sessão ordinária da Assembleia Municipal. -----

O Senhor Vereador Bruno Costa usou da palavra, cumprimentando todos os presentes, assim como todos os que acompanhavam a presente reunião, on-line e começou por manifestar a sua solidariedade a todos os Presidentes de Câmara que se encontravam a passar por grandes dificuldades, no seguimento da tempestade que se fez sentir, sobretudo na zona Centro e no que diz respeito à plataforma “ENTI”, começou por informar que existe uma estratégia nacional dos Territórios Inteligentes, que é assim designada e cujos investimentos são geridos pelas Comunidades Intermunicipais, com o objetivo de criação de uma PGU - Plataforma de gestão urbana agregada a

todos os municípios, sendo que os mesmos dispõem de cerca de cinquenta mil Euros para fazer investimentos nos chamados verticais, verticais esses que fornecem informação às PGU(s), que ficarão com a informação agregada, o que permitirá, por exemplo, a elaboração de cadernos de encargos conjuntos. Relativamente ao caso concreto de Fornos de Algodres, informou que existe um vertical da gestão de energia, que irá comunicar com a respetiva PGU para depois se elaborarem os cadernos de encargos e ganhar escala, por forma a reduzir significativamente os custos associados. Fez também referência à plataforma de gestão de ocorrências que já foi ativada, internamente, na Câmara Municipal, ao nível do Gabinete de Informática e da Proteção Civil, resultante de uma oportunidade de melhoria por parte da auditoria, sendo que a referida plataforma irá facilitar bastante o trabalho dos vários serviços, em que a informação pretendida, será devidamente comunicada à PGU. Ainda relativamente a este assunto, o Senhor Vereador Bruno Costa sublinhou que admite que se poderão verificar bastantes dificuldades na agregação da informação e na elaboração dos relatórios, no entanto, considera que é o caminho certo, esperando que corra bem, a nível da Comunidade Intermunicipal. -----

Prosseguiu a sua intervenção, referindo que, após a aprovação do Orçamento Municipal, existem diversas medidas a implementar com caráter imediato, designadamente a articulação de conversações com a APAL, com vista a aferir a viabilidade de o Município de Fornos de Algodres vir a integrar a referida entidade, sempre sob a supervisão do Fundo de Apoio Municipal. -----

Referiu ainda que, na próxima reunião de Câmara, serão apresentados os projetos na área do saneamento, com vista à submissão da respetiva candidatura, a qual deverá ser apresentada até ao final do mês de março, subsistindo apenas a necessidade de obtenção de parecer por parte da RAN. Prosseguiu informando que se trata de dois projetos distintos, ambos já detentores de parecer favorável da APA. O primeiro contempla a construção de três novas ETAR, a localizar na Matança, Muxagata e Maceira. O segundo diz respeito à reabilitação de fossas sépticas, designadamente em Vila Soeiro do Chão, Algodres e Casal Vasco, encontrando-se o respetivo investimento devidamente enquadrado no ITI — Sistema de Incentivos de Base Territorial. -----

Deu também nota de que no dia dois de fevereiro, havia recebido o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Trancoso e a Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal de Celorico da Beira e as respetivas equipas, no sentido de perceberem a dinâmica do Município de Fornos de Algodres, relativamente à questão da recolha dos biorresíduos e à recolha de recicláveis, uma vez que o concelho de Fornos de Algodres se encontra no topo dos municípios em termos de recolhas, o que reflete o excelente trabalho que a Divisão Técnica Municipal tem vindo a executar, ao longo dos últimos anos, assim como retrata também a preocupação dos munícipes, no que respeita a esta temática. -----

Informou ainda que, relativamente ao protocolo celebrado com a Resiestrela, aprovado em reunião de Câmara no anterior mandato e disponível para consulta online, o sistema de recolha porta-a-porta tem vindo a gerar receita. Esclareceu que o referido protocolo contempla contrapartidas associadas à recolha de vidro, plástico e papel, sendo que os resultados apurados correspondem a 19% no fluxo amarelo, 14% no fluxo azul e 18% no fluxo verde, indicadores que demonstram a adesão da população a este modelo. Em termos financeiros, sublinhou que deram entrada cerca de cinco mil euros nos cofres do Município, situação que anteriormente não se verificava, prevendo-

se uma tendência de crescimento, atendendo a que o projeto ainda não se encontra implementado em todo o concelho. -----

No que respeita aos resíduos indiferenciados, matéria que tem suscitado maior preocupação, não apenas em Fornos de Algodres, mas também noutros municípios, registou-se uma redução para trezentos e vinte e três quilogramas por habitante/ano, traduzindo-se numa diminuição de dezasseis quilogramas por habitante/ano relativamente ao ano anterior, o que constitui uma mais-valia, quer do ponto de vista financeiro para o Município, quer em termos ambientais. -----

No que respeita à modernização administrativa, informou que, no ano de dois mil e dezanove, foi implementada a faturação eletrónica, não tendo, contudo, sido eliminado o pagamento em numerário, atendendo às dificuldades que tal poderia representar para a população mais idosa, designadamente no recurso ao débito direto ou ao pagamento através de multibanco ou Payshop. Referiu que, atualmente, apenas 14% dos pagamentos são efetuados em numerário, sendo intenção do Município de Fornos de Algodres reduzir progressivamente essa percentagem. -----

Fez ainda referência ao Cartão do Múncipe, informando que a respetiva aplicação se encontra em fase de testes, com o objetivo de implementar o projeto ainda no ano de dois mil e vinte e seis, prevendo-se um investimento inicial de vinte e cinco mil euros. Por último, no que respeita à transparência municipal e em conformidade com a Estratégia Municipal, informou que já se encontra disponível para consulta uma subpágina dedicada ao Orçamento Municipal, aprovado pela Assembleia Municipal, onde constam as atas das reuniões de Câmara Municipal e onde será igualmente disponibilizada a gravação da sessão da Assembleia Municipal realizada no dia anterior. Esclareceu que esta subpágina constitui um repositório agregador de toda a informação relativa ao Orçamento Municipal, manifestando ainda a intenção, caso mereça concordância, de integrar também a Prestação de Contas, por forma a concretizar uma medida constante do Programa Eleitoral, designadamente o projeto de reforço da transparência municipal denominado “Contas Abertas para Todos”. -----

O Senhor Presidente usou da palavra e, relativamente à sugestão de disponibilização da Prestação de Contas na referida subpágina, sublinhou que a medida se revela pertinente e alinhada com os objetivos de transparência municipal. No que respeita à questão do FAM e à eventual ligação à APAL, da qual fazem igualmente parte os Municípios do Sabugal, Celorico da Beira, Guarda e Manteigas, acrescentou que aquela entidade terá de realizar investimentos significativos na reabilitação das redes e infraestruturas de abastecimento de água e saneamento, o que implicará o recurso a financiamento. Atendendo a que o Município de Fornos de Algodres se encontra impedido de contrair novos financiamentos, salientou a necessidade de assegurar que eventual endividamento da APAL não seja integrado no perímetro de consolidação das contas do Município, evitando qualquer situação de desconformidade legal, razão pela qual o FAM alertou para essa circunstância. -----

A Senhora Vereadora Luísa Gomes usou da palavra cumprimentando todos os presentes, assim como todos os que acompanhavam a presente reunião através das redes sociais e começou por agradecer a participação de todas as IPSS(s) e dos seus Dirigentes no Encontro que teve lugar no Salão Nobre da Câmara Municipal, no dia quinze de janeiro, em que se verificou um verdadeiro momento de união e de mobilização do setor social do

concelho e em que foi dado também a conhecer a criação da cooperativa social “RizomaViva”, que assumirá um papel central ao criar uma rede colaborativa ativa, com espaços de partilha, experimentação e colaboração entre as IPSS(s), sendo que, durante o mês de janeiro, já se dará início à execução do Plano de ação para o quadriénio 2026-2029, em que se dará especial enfoque à formação a todos os técnicos das várias IPSS do concelho, em articulação com alguns parceiros credenciados para o efeito, começando já o primeiro curso, com a colaboração do Nerga. Informou também que no dia vinte e dois de janeiro tinha marcado presença na FITUR, em Madrid, com o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Alexandre Lote, com o Grão-Mestre da Confraria da Urtiga, Dr. Manuel Paraíso e Técnicos do Município, onde foram divulgadas as iguarias de urtiga e dois dos eventos do Município de Fornos de Algodres, nomeadamente a Feira do Queijo Serra da Estrela e o fim de semana da Urtiga, como forma de promoção do concelho e reforço da identidade territorial. Ainda relativamente a esta temática acrescentou que o Município de Fornos de Algodres também irá participar na BTL - Bolsa de Turismo de Lisboa, que decorrerá na FIL, em Lisboa, de vinte e cinco de fevereiro a um de março, integrado no pavilhão da Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela. Deu também nota que no dia vinte e três de janeiro também havia participado na comemoração do Dia Internacional da Educação, no Agrupamento de Escolas, tendo parabenizado a Junta de Freguesia de Fornos de Algodres pela iniciativa, em que foram homenageadas duas jovens autoras de Fornos de Algodres, nomeadamente a Joana Neves e a Marta Nevoeiro que apresentaram as suas primeiras publicações e que são um excelente exemplo de superação de dificuldades e inspiração, para as gerações mais jovens, tendo referido também que no dia vinte e quatro de janeiro tinha estado presente na primeira Edição do Festival das Sopas de Fornos de Algodres, organizada pelo Agrupamento de Escuteiros de Fornos de Algodres, o qual também felicitou, uma vez que se tratou de uma iniciativa muito interessante, em que participaram várias Associações. Prosseguiu informando que no dia vinte e três de janeiro também acompanhou o Senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente na visita ao CIFA, no sentido de verificar o resultado das obras, assim como ao Bairro do Ténis e à Creche de Infias. -----

Fez ainda referência à programação de animação desenvolvida junto das IPSS, com a participação ativa do Rancho Sénior, do Coro Mondego Vozes e, mais recentemente, do TAFA — Grupo de Teatro Amador de Fornos de Algodres. Informou igualmente que, no âmbito da programação da Biblioteca Municipal, se encontram previstas deslocações às IPSS, com o objetivo de promover momentos de interação, convívio e partilha com a população sénior, contribuindo para o seu bem-estar, sendo também dinamizada a iniciativa “Hora do Conto” nos Jardins de Infância. -----

Relativamente às iniciativas futuras, a Senhora Vereadora Luísa Gomes informou que, no dia seis de fevereiro, entre as 18h00 e as 20h30, terá lugar, no Salão Nobre da Câmara Municipal, um Encontro Comunitário, com o objetivo de recolher contributos para a elaboração do Plano Municipal para a Integração de Migrantes, sublinhando que o diálogo e a participação ativa de todos assumem particular relevância no âmbito deste processo. Deu também nota de que entre os dias nove e doze de fevereiro, o CIFA irá acolher cerca de trinta estudantes da Universidade da Beira Interior, em que se irá promover uma Escola de Inverno no concelho, com o objetivo de, para além de se desenvolver a componente académica, dar-lhes também a conhecer o território do concelho de

Fornos de Algodres, sendo que no dia dez de fevereiro se deslocarão a Maceira, no sentido de conhecerem os Embaixadores de cada freguesia do “Projeto Embaixadores d’Aldeia”. A temática escolhida pela Universidade da Beira Interior será a “coesão territorial, comunidades e desenvolvimento”, em que se pretende dar especial enfoque às oportunidades e desafios existentes nos territórios de baixa densidade. -----

Prosseguiu a sua intervenção informando que, entre os dias oito a quinze de fevereiro, o Município de Fornos de Algodres irá acolher, pela terceira vez, cerca de sessenta jovens da “Missão País”, que são um grupo de estudantes de medicina da Universidade de Coimbra, que irão dinamizar atividades lúdicas e culturais nas várias IPSS(s), nas escolas do concelho e também com a população em geral, no porta-a-porta, promovendo o contato direto com a população. -----

Para terminar, a Senhora Vereadora Luísa Gomes informou que, de catorze a dezassete de fevereiro o Município de Fornos de Algodres irá colaborar na revitalização do Carnaval de Algodres, em parceria com a Junta de Freguesia de Algodres e o Agrupamento de Escuteiros de Fornos de Algodres, em que serão dinamizadas várias atividades, nomeadamente o baile máscaras, o desfile de Carnaval e o enterro do Entrudo. -----

O Senhor Presidente usou da palavra, realçando a importância dos projetos a desenvolver nas próximas semanas, designadamente a elaboração do Plano Municipal para a Integração de Migrantes, através de um processo de auscultação pública; a realização da Universidade de Inverno, iniciativa prevista no Programa Eleitoral e cuja concretização foi inicialmente considerada improvável por alguns; a participação na “Missão País”; e a recuperação de uma tradição entretanto descontinuada, nomeadamente o Carnaval de Algodres, que considerou uma manifestação identitária singular no concelho de Fornos de Algodres e na região, profundamente enraizada na comunidade local. -----

O Senhor Vereador Rui Furtado usou da palavra, cumprimentando todos os presentes, assim como todos os que acompanhavam a reunião através das redes sociais e começou por manifestar a sua sincera solidariedade para com todos os afetados pelas últimas intempéries, nomeadamente no concelho de Fornos de Algodres e também em todo o distrito de Leiria e em todo o país, assim como com o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Fornos de Algodres, Dr. Alexandre Lote, no seguimento da inundação na sua residência, devido às fugas de água que se verificaram na vila de Fornos de Algodres. Neste contexto e de forma construtiva, aproveitou para questionar se eventualmente já existe, ou está em fase de planeamento, a divisão da rede de águas na vila de Fornos de Algodres, por forma a evitar a necessidade de um corte geral no abastecimento de água, se eventualmente, surgir algum problema, optando-se sim, por um corte parcelar, o que minimizaria, significativamente os constrangimentos inerentes a tal situação, para além de que seria muito mais fácil para os técnicos, a respetiva reposição de pressão em toda a conduta, evitando assim o seu abrupto impacto, que acabará por lesar a tão velhinha rede de águas de Fornos de Algodres. -----

Prosseguiu a sua intervenção dando nota de que lhe foram reportadas algumas situações de alerta, por parte de comerciantes que utilizam as lojas inferiores do mercado municipal, em que se verificam variadíssimas infiltrações de água, tornando-se muito difícil de desenvolver as suas atividades e no seguimento do proferido pelo Senhor Presidente relativamente às bocas de incêndio, sublinhou que considera muito importante que, antes do verão e

da época alta dos incêndios, se faça a devida inspeção das mesmas, em todas as freguesias do concelho, por forma a evitar que venham a ser necessárias e não estejam, de todo, operacionais, tendo sugerido para o efeito que os próprios Bombeiros Voluntários e uma equipa de canalizadores, fizessem a devida inspeção. -----

Relativamente à questão da captação de água em Figueiró da Granja, o Senhor Vereador Rui Furtado sublinhou que se trata de um recurso importantíssimo, sendo que também foi uma das sugestões do Programa eleitoral do PSD, em que se previa a criação de postos de abastecimento, espalhados pelo concelho de Fornos de Algodres, para fazer face às necessidades dos Bombeiros e também dos helicópteros, o que fará toda a diferença em termos de combate a incêndios. -----

No seguimento da intervenção da Senhora Vereadora Luísa Gomes relativamente à questão do acompanhamento aos migrantes, o Senhor Vereador Rui Furtado manifestou o seu agrado, uma vez que é deveras importante que, à medida que se vão instalando no concelho de Fornos de Algodres, sejam devidamente acompanhados, por forma a acautelar a sua integração social e sobretudo, profissional, evitando assim o acréscimo dos níveis de desemprego do país. -----

O Senhor Vereador João Gomes usou da palavra cumprimentando todos os presentes, bem como o público que acompanhava a reunião on-line e começou por se congratular, na qualidade de cidadão e também de Vereador do Município de Fornos de Algodres, pela operacionalidade da Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela, que tem tido, de facto, um papel preponderante no desenvolvimento do território do Interior, sendo que a panóplia de candidaturas e de ações desenvolvidas, em estreita colaboração com os municípios, é de facto gratificante, uma vez que se vai minimizando a questão do Estado centralista e valorizando as comunidades do Interior. -----

No âmbito do exposto pelo Senhor Presidente relativamente à questão da CIMPOR, o Senhor Vereador João Gomes referiu que, ao que parece, a CIMPOR pretende alargar a sua atividade para o território de Fornos de Algodres, mais propriamente para a zona de Juncas, o que implicará sempre, vantagens e desvantagens, sendo que uma das desvantagens se prende com o facto de estar prevista a construção de uma zona industrial para o referido local. Ainda relativamente a esta temática acrescentou que a atividade de extração de inertes pela CIMPOR, pressupõe a utilização de dinamites, sendo que será motivo de preocupação, pelo que tal situação deverá ser devidamente equacionada, nomeadamente o tempo que a referida atividade da CIMPOR irá demorar, qual a área que vai ser extraída, que tipo de inertes serão extraídos e que tipo de materiais serão utilizados, uma vez que não se pode estar a trabalhar e a canalizar energias, por um lado, para se criar uma zona industrial e, por outro lado, a pôr em causa e até mesmo a impedir, a fixação de alguns agentes industriais na zona em causa. ---

Salientou também a importância da Cooperativa social “Rizomaviva” e todo o excelente trabalho desenvolvido pelas associações em termos de apoio aos idosos, que tem sido de facto inestimável, sendo que a parte lúdica e de entretenimento, para além dos cuidados básicos de saúde e bem-estar, é de facto fundamental para a sua sanidade mental e emocional. -----

Prosseguiu a sua intervenção fazendo referência à questão da revitalização da Cooperativa de Olivicultores, sublinhando, neste sentido, que tem perfeito conhecimento de que a mesma é propriedade da Cooperativa Foral,

no entanto, na sua opinião, tal facto não será impeditivo de que a obra se possa vir a concretizar, sendo que, da sua parte, será prestada toda a colaboração e apoio, não só na qualidade de cidadão e Vereador, mas também na qualidade de cooperante e sócio fundador. Acrescentou também que a sua envolvimento com a Cooperativa Foral sempre foi de estreita ligação, mantendo atualmente uma excelente relação com o atual Presidente, Eng.º Fábio Gerardo, a quem sempre prestou o seu apoio incondicional e até motivação para se instalar no concelho de Fornos de Algodres, contrariamente à vontade dos seus avós, que naquela época, não viam com bons olhos que o seu neto se dedicasse à atividade agrícola, no entanto, fê-los entender que se trata de facto de uma atividade mui nobre e com grande impacto a nível local, tal como se tem vindo a verificar. Neste contexto salientou que o processo poderá ser agilizado, sendo que haverá duas pessoas fundamentais para a concretização do mesmo, nomeadamente o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Fornos de Algodres, Dr. Alexandre Lote e o Presidente da Cooperativa Foral, Eng.º Fábio Gerardo e, como é óbvio, atendendo à sua experiência de consultoria empresarial, que se tem traduzido num claro impulso para que algumas Unidades de Turismo no Espaço Rural se tenham fixado no concelho de Fornos de Algodres, também poderá contribuir e colaborar para alavancar o referido projeto e se possa vir a construir um excelente espaço museológico, alusivo ao azeite e um bom restaurante que poderão fazer face, e mesmo combater, alguma inércia que se tem feito sentir em Fornos de Algodres, para além de que seria um excelente cartão de visita para todo o concelho, aliado a um significativo desenvolvimento económico e, acima de tudo, uma excelente obra de requalificação para honrar todos os que lutaram, naquela época, para a sua edificação. -----

Prosseguiu a sua intervenção, e no seguimento de algumas chamadas de atenção, por parte de alguns munícipes, referiu que se tem verificado que a Câmara Municipal, por vezes, compete um pouco com o setor privado, quando se deveria verificar um sistema de complementaridade absoluta, sendo que, recentemente, houve alguns funcionários que trabalhavam em empresas privadas e foram admitidos no Município de Fornos de Algodres, sendo que, apesar de se tratar de uma situação perfeitamente legal, deveria haver algum cuidado com tal questão, para além de que também considera muito preocupante que os munícipes abandonem os espaços comerciais da vila de Fornos de Algodres e se concentrem nas lojas do Mercado Municipal e, neste contexto, questionou qual o valor da renda de tais lojas, atualmente. Ainda relativamente a este assunto sublinhou que muito gostaria de verificar que todas as lojas do Mercado Municipal sejam ocupadas e considera que deverá ser dado todo o apoio aos jovens empreendedores, no entanto, na sua opinião, verifica-se uma competição desvirtuada do que são realmente os trâmites do fluxo normal de uma economia, ainda que mais pequena e local, assistindo-se a um quadro de lojas completamente vazias ao longo da Estrada Nacional 16, o que deveria ser devidamente contrariado, tendo sugerido para o efeito que o Município de Fornos de Algodres considere ajudar os agentes privados, através de um apoio inerente ao pagamento das rendas das lojas em causa. -----

No que diz respeito à aprovação do Orçamento Municipal e ao Mapa de Pessoal do Município de Fornos de Algodres, o Senhor Vereador João Gomes sublinhou, que na qualidade de Vereador, há uma situação que o preocupa que se prende com a evolução do número de funcionários da Câmara Municipal, ao longo dos últimos anos, sendo que, em dois mil e dezanove existiam oitenta e cinco funcionários, em dois mil e vinte, cento e seis

funcionários, em dois mil e vinte e um, cento e trinta e um funcionários, em dois mil e vinte e dois, cento e trinta funcionários, em dois mil e vinte e três, cento e vinte e dois funcionários, em dois mil e vinte e quatro, cento e dezanove funcionários e em dois mil e vinte e cinco, cento e trinta e oito funcionários. Neste sentido referiu que os dados elencados são um pouco preocupantes, atendendo à situação económica do Município, que, para além da dívida, terá de fazer face ao aumento preponderante de custos inerentes ao pagamento dos ordenados dos referidos funcionários, o que, em termos práticos, acabará por impedir um maior volume de investimento público na qualidade de vida dos cidadãos, por parte do Município, pelo que apelou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que, nos próximos anos, se verifique algum cuidado e se admitam apenas os funcionários estritamente necessários em determinados setores específicos. -----

Fez também referência à questão das avenças existentes no Município de Fornos de Algodres, sendo que em dois mil e dezanove e dois mil e vinte existia uma avença, em dois mil e vinte e três, quatro avenças, dois mil e vinte e quatro, dez avenças e neste sentido, no âmbito da política de transparência municipal, sugeriu que fosse colocado no site do Município a respetiva listagem de todas as avenças existentes, assim como dos respetivos valores, por forma a que todos os munícipes fiquem devidamente elucidados. -----

No seguimento da intervenção do Senhor Vereador João Gomes, o Senhor Presidente usou da palavra, referindo que, conforme já anteriormente transmitido e na qualidade de responsável pelo cumprimento do Regimento, admite que possam ocorrer, pontualmente, alguns excessos na utilização do tempo de intervenção por parte dos Senhores Vereadores. Contudo, salientou que não permitirá que se voltem a verificar situações de utilização excessiva do tempo, como a registada na presente reunião. Prosseguiu sublinhando que o seccionamento da rede de abastecimento de água constitui, efetivamente, uma necessidade, por forma a evitar que, ocorrendo uma avaria, toda a vila fique privada do fornecimento. Todavia, referiu que o Município de Fornos de Algodres não dispõe, atualmente, de capacidade financeira para realizar tal investimento, tornando-se, por isso, necessário equacionar a eventual agregação a outros municípios, de modo a viabilizar a sua concretização. -----

No que concerne às lojas situadas na parte inferior do Mercado Municipal, o Senhor Presidente referiu ter conhecimento dos problemas ali existentes, informando que o empreiteiro responsável pela execução da obra irá proceder, brevemente, a uma intervenção de impermeabilização dos terraços com aplicação de poliureia, com vista à resolução definitiva da situação. Relativamente às bocas de incêndio, esclareceu que a sua verificação é assegurada anualmente pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fornos de Algodres, em articulação com uma equipa de canalizadores do Município, passando, doravante, a ser efetuada a identificação formal das que se encontram operacionais e inoperacionais. -----

Relativamente à questão da captação de água em Figueiró da Granja, o Senhor Presidente sublinhou que a sua potencialidade foi devidamente reconhecida, referindo que, no mandato anterior, foram recuperados todos os pontos de água existentes no concelho de Fornos de Algodres. No que concerne à temática das migrações, destacou a existência de diversos programas promovidos pelo IEPF que possibilitam a contratação de trabalhadores, independentemente da sua nacionalidade, permitindo-lhes exercer atividade de forma legal, auferindo remuneração e efetuando os correspondentes descontos para a Segurança Social. -----

Relativamente à operacionalidade da Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela, o Senhor Presidente referiu que, em seu entender, é fundamental que a sua atuação seja cada vez mais percecionada pelos cidadãos, atendendo ao relevante apoio que tem vindo a prestar ao território, o qual, muitas vezes, não é devidamente reconhecido. No que concerne ao eventual alargamento da atividade da CIMPOR, sublinhou que compreende a preocupação manifestada, assegurando que a proposta será objeto de análise rigorosa, devendo, contudo, ser igualmente perspetivada como um potencial fator de atratividade para a fixação de empresas na Zona Industrial, designadamente no setor da construção. -----

ace ao exposto relativamente à revitalização da Cooperativa dos Olivicultores, o Senhor Presidente sublinhou que, independentemente de integrar, ou não, os respetivos Órgãos Sociais, sempre se sentiu motivado para contribuir para o processo, mesmo perante as sucessivas denúncias que surgiram aquando da constituição da Cooperativa, relativas a eventuais incompatibilidades dos membros do Órgão Executivo à época, designadamente do Dr. Manuel Fonseca, da Dra. Rita Silva e do próprio. Acrescentou que, nesse período, foi desenvolvido um trabalho de particular relevância por um conjunto de cooperantes, nomeadamente o Senhor António Candeias, o Senhor Porfírio Paraíso, o Senhor Fernando Rodrigues e o Dr. José Maria Castelo Branco, entre outros que, entretanto, se associaram ao projeto. Referiu que esta matéria deverá ser oportunamente considerada, salientando, contudo, a necessidade de existir vontade e articulação institucional, quer por parte da Câmara Municipal, quer da Cooperativa Foral, com vista à definição do mecanismo adequado de financiamento para uma operação desta natureza e dimensão. -----

Relativamente à referência efetuada pelo Senhor Vereador João Gomes quanto ao número de pessoas que afirmou ter apoiado na fixação das suas empresas no concelho de Fornos de Algodres, o Senhor Presidente observou que tal apoio foi prestado no exercício das suas funções enquanto funcionário da Câmara Municipal, o que evidencia que se verificou, efetivamente, a criação de atividades empresariais no concelho, contrariando a posição anteriormente expressa pelo PSD na sessão da Assembleia Municipal. -----

No que respeita ao apoio à população idosa, o Senhor Presidente manifestou o seu orgulho pelo trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no concelho de Fornos de Algodres, o qual foi reconhecido através da atribuição do prémio “Território de Longevidade”. Referiu que se pretende continuar a inovar, quer na área da promoção da socialização dos idosos institucionalizados, quer ao nível do acompanhamento em saúde daqueles que permanecem nas suas residências. Sublinhou que o Centro de Saúde tem vindo a desenvolver um trabalho relevante, através das equipas de cuidados continuados e de cuidados domiciliários, tendo a Câmara Municipal adquirido uma viatura para apoiar a execução desses serviços. Acrescentou que existe ainda uma área que considera particularmente sensível, relacionada com as dificuldades que muitos idosos enfrentam na gestão e correta toma da medicação, motivo pelo qual será implementado, durante o presente ciclo autárquico, o Programa PIM — Preparação Individualizada da Medicação. -----

Relativamente à evolução do número de trabalhadores da Câmara Municipal, o Senhor Presidente referiu que poderia compreender a exposição do Senhor Vereador João Gomes caso este não exercesse funções na Autarquia, considerando que a referida intervenção revela desconhecimento quanto à realidade interna dos

serviços, designadamente no que respeita ao processo de descentralização de competências nas áreas da Educação e da Ação Social, o qual implicou o correspondente reforço do quadro de pessoal. -----

Ainda relativamente a esta temática, o Senhor Presidente sublinhou que a comparação entre a contratação de trabalhadores e o impacto do serviço da dívida poderá pressupor a ideia de que os trabalhadores não são produtivos. O Senhor Vereador João Gomes tomou a palavra para esclarecer que não havia pretendido estabelecer essa associação. -----

O Senhor Presidente prosseguiu a sua intervenção, afirmando que a posição anteriormente assumida pelo Senhor Vereador João Gomes havia sido clara, considerando que não é adequada a comparação entre a contratação de trabalhadores e o serviço da dívida, por se tratar de realidades distintas. Sublinhou que o montante anual afeto ao serviço da dívida, na ordem dos novecentos mil euros, não se traduz, na criação de novos serviços nem na execução direta de investimentos, ao passo que os trabalhadores municipais asseguram funções essenciais ao regular funcionamento dos serviços, à concretização de projetos e ao apoio direto à população, designadamente nas áreas da educação, das infraestruturas e do planeamento municipal. Deu como exemplo o contributo da Dra. Rosa Costa e da Dra. Daniela Pina na dinamização da Cooperativa Social, bem como o trabalho desenvolvido pelos Técnicos Superiores da área do Desporto, nomeadamente o Dr. Ricardo Fernandes, o Dr. Bruno Costa e o Dr. João Neves, no âmbito da implementação de programas inovadores no concelho. -----

No que respeita às lojas do Mercado Municipal, o Senhor Presidente referiu que um dos pontos da presente ordem de trabalhos incide precisamente sobre essa matéria, esclarecendo que o valor atualmente praticado apenas poderá ser atualizado após a aprovação do novo Regulamento de Taxas e Tarifas. -----

No que respeita à alegada concorrência da Câmara Municipal com o setor privado, mencionada pelo Senhor Vereador João Gomes, ao nível da admissão de trabalhadores, o Senhor Presidente referiu que, quando é aberto um procedimento concursal, não pode, em circunstância alguma, ser vedada a participação de candidatos que exerçam funções no setor privado, por força dos princípios constitucionais da igualdade e do acesso à função pública. Acrescentou que também já se verificaram situações inversas, designadamente casos em que candidatos desistiram do procedimento concursal na sequência de melhoria das condições salariais propostas pelo setor privado, o que demonstra a existência de mobilidade entre setores e que todos os cidadãos são livres de concorrer a procedimentos concursais na Administração Pública. -----

O Senhor Vereador João Gomes usou da palavra sublinhando que não havia comparado a dívida com o número de funcionários, até porque são situações incomparáveis, sendo que apenas referiu que, uma vez que existe a referida dívida, que nivela o Município de Fornos de Algodres, abaixo da média, em termos de investimento público, deveria existir algum cuidado na admissão de novos funcionários, sendo que apenas deveriam ser admitidos os que forem, de facto, estritamente necessários e que aportem para a Câmara Municipal uma especificidade técnica necessária a tal propósito. Ainda relativamente a esta temática, sublinhou que tem perfeito conhecimento de que existem delegações de competências, no entanto a primeira leva de entradas, no âmbito da regularização extraordinária de vínculos precários na administração pública, designadamente o PREVPAP, não teve nada a ver com a delegação de competências e, mais acrescentou, que não tem nada contra a admissão de funcionários,

reconhecendo-lhes todo o mérito de produtividade, sendo que sempre os defendeu ao longo dos últimos doze anos, quando há muitas pessoas que os minoravam. -----

Prosseguiu a sua intervenção referindo que o número de funcionários precários que entraram para o Município, nunca esteve relacionado com a questão da delegação de competências, sendo que foi o anterior Executivo Municipal que os admitiu com o vínculo de precariedade, em programas temporários de trabalho. Neste contexto acrescentou que apenas pretende advertir que se deverá ter algum cuidado relativamente a tal questão, até porque não há qualquer tipo de interesse em ter-se uma Câmara Municipal forte, gorda e com muitos funcionários, quando na realidade a terra está pobre e deprimida. -----

O Senhor Presidente usou da palavra, referindo que, se o Senhor Vereador João Gomes entendia não ter efetuado tal comparação, registava o esclarecimento, acrescentando, contudo, que a intervenção fora clara nesse sentido, dando o assunto por encerrado. -----

Relativamente ao aumento do número de trabalhadores, designadamente de oitenta e cinco para cento e seis, no âmbito do PREVPAP — Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública, o Senhor Presidente referiu que se trata de um programa de âmbito nacional que permitiu regularizar situações de precariedade, algumas das quais existentes no concelho de Fornos de Algodres há vários anos, inclusive anteriores a 2013. Sublinhou que a integração destes trabalhadores na Administração Pública constituiu um ato de justiça laboral, manifestando orgulho pela regularização efetuada, por considerar que os mesmos têm pleno direito ao exercício de funções em condições estáveis e dignas. Acrescentou que o Município pretende igualmente continuar a promover a inclusão e regularização de situações envolvendo trabalhadores portadores de incapacidade, reconhecendo o seu contributo e produtividade ao serviço da população. Referiu ainda que, desde 2013, tem assumido uma posição de defesa dos trabalhadores da Câmara Municipal, salientando que, à data da sua tomada de posse, existiam insuficiências ao nível das condições técnicas e de segurança, designadamente no que respeita a licenciamento de software, situação que tem vindo a ser progressivamente regularizada, garantindo-se atualmente melhores condições de trabalho, segurança e qualidade na prestação dos serviços municipais. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

1-PROPOSTA DE ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21 DE JANEIRO DE 2026, PARA APROVAÇÃO. -----

O Senhor Presidente, após leitura da ata, propôs a sua aprovação. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade. -----

2-MONITORIZAÇÃO DO CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA, PARA CONHECIMENTO. -----

Considerando que o Código de Ética e Conduta da Câmara Municipal constitui um instrumento fundamental de autorregulação, orientador da atuação dos eleitos locais, dirigentes e trabalhadores municipais, promovendo os princípios da integridade, transparência, responsabilidade, legalidade e serviço público. Neste contexto, a monitorização da aplicação do Código assume particular relevância, porquanto permite avaliar o seu grau de cumprimento, identificar eventuais riscos éticos e assegurar a melhoria contínua das práticas institucionais. -----

A monitorização do Código de Ética e Conduta tem como principais objetivos: -----

- **Acompanhar o cumprimento dos princípios e regras nele estabelecidos; -----**
- **Promover uma cultura organizacional assente em valores éticos; -----**
- **Prevenir situações de conflito de interesses, incumprimento ou práticas inadequadas; -----**
- **Reforçar a confiança dos cidadãos na atuação do Município. -----**

A monitorização do Código de Ética e Conduta revela-se, assim, um instrumento essencial para a promoção de uma administração municipal íntegra e responsável, orientada para o interesse público, para a melhoria organizacional e para o reforço da confiança dos munícipes. -----

Nestes termos, submete-se a monitorização do Código de Ética e Conduta relativa ao ano de 2025, para conhecimento do Órgão Executivo. -----

O Senhor Presidente usou da palavra, informando que o Código de Ética e Conduta se aplica a todos os trabalhadores, dirigentes e eleitos locais, encontrando-se igualmente ativo, no sítio institucional do Município, o respetivo canal de denúncias. Referiu que, de acordo com o relatório elaborado, não se registaram denúncias ou participações relativas a incumprimento, corrupção ou infrações conexas. Acrescentou que foram apresentados vinte e um pedidos de acumulação de funções, os quais foram analisados e devidamente autorizados. Concluiu, assim, que não se justifica, à presente data, a revisão do Código, identificando, contudo, quatro propostas de melhoria: a adoção de um Regulamento de Proteção de Dados, atualmente em elaboração; a implementação de um sistema formal de registo de ofertas, já em funcionamento; a obrigatoriedade de declaração de registo de interesses, já integrada nos procedimentos de contratação pública; e a emissão de um comunicado anual, o qual se encontra igualmente elaborado. Por último, lembrou a obrigação de comunicação prévia da acumulação de funções. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

3-APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO, A CELEBRAR ENTRE A DIREÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA E O MUNICÍPIO DE FORNOS DE ALGODRES. -----

Considerando que a Direção-Geral da Administração da Justiça e o Município de Fornos de Algodres pretendem estabelecer uma colaboração estreita no domínio das infraestruturas, com vista à conservação das instalações do Tribunal, designadamente nas áreas da construção civil, eletricidade, águas sanitárias e esgotos, bem como na reparação do respetivo mobiliário, contribuindo, desse modo, para a melhoria da qualidade das instalações e das condições de funcionamento dos serviços judiciais; -----

Considerando que a manutenção e valorização de equipamentos públicos localizados no concelho, ainda que integrados na administração central do Estado, se enquadra no interesse municipal, na medida em que contribui para a qualidade dos serviços prestados à população; -----

Atendendo a que a manutenção do edifício do tribunal não decorre das atribuições próprias do município em matéria de equipamento rural e urbano, previstas no artigo 23.º, n.º 2, alínea a), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, mas sim de obrigações que podem ser assumidas no âmbito de um protocolo de cooperação a celebrar com o Estado; -----

Assim submete-se à o protocolo de colaboração a celebrar entre a Direção-Geral da Administração da Justiça e o Município de Fornos de Algodres, para apreciação e votação em sede de reunião do Órgão Executivo. -----

O Senhor Presidente usou da palavra, referindo que, conforme informação previamente prestada, havia reunido, em devido tempo, com as entidades superiores da área da Justiça no distrito da Guarda, ocasião em que foi apresentado o presente protocolo, à semelhança do que tem ocorrido no início de anteriores mandatos, permitindo à Câmara Municipal proceder a intervenções de manutenção e melhoria no Tribunal. Acrescentou que já solicitou reunião à Senhora Secretária de Estado da Justiça, com vista a avaliar a possibilidade de reinstalação de uma Comarca em Fornos de Algodres, por considerar que a atual atividade processual poderá justificar essa pretensão. O Senhor Vereador João Gomes usou da palavra questionando quais serão os encargos financeiros previstos, embora reconheça que serão os fornenses que irão usufruir de tal serviço e manifestou o seu lamento pelo facto de Portugal manter os serviços sob a gestão tutelar central, não assumindo as suas responsabilidades, tendo de ser as Câmaras Municipais a assumi-las, o que é verdadeiramente triste, lamentável e merecedor do seu voto de protesto. -----

O Senhor Presidente usou da palavra, esclarecendo que as eventuais despesas para o Município de Fornos de Algodres se circunscrevem exclusivamente à mobilização de recursos humanos próprios para a realização das intervenções previstas, as quais serão executadas por administração direta. Acrescentou que, sempre que se revele necessária a contratação de serviços externos, tal encargo se encontra devidamente acautelado no presente protocolo, sendo da responsabilidade da Direção-Geral da Administração da Justiça. Ainda relativamente

a esta matéria, sublinhou que partilha do voto de protesto apresentado pelo Senhor Vereador João Gomes, considerando-o válido para diversas situações. Recordou que o Município aceitou, oportunamente, a delegação de competências na área da educação, salientando que, anteriormente, sempre que surgia algum problema no Agrupamento de Escolas, o Município era chamado a intervir sem que existisse qualquer enquadramento formal, por imperativo do interesse público. Referiu que o presente protocolo vem precisamente assegurar o necessário enquadramento legal para a realização de intervenções, designadamente ao nível das coberturas, estores e pavimentos, permitindo resolver essas situações de forma regularizada e conforme à lei. -----
Relativamente à questão do Tribunal, o Senhor Presidente sublinhou ser imperativo assegurar que os cidadãos que recorrem aos seus serviços, bem como os respetivos trabalhadores, disponham das melhores condições, por forma a promover maior motivação e qualidade no desempenho das funções, salientando que os resultados alcançados evidenciam o trabalho meritório que tem vindo a ser desenvolvido. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade -----

4-PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO DO INICIO DO PROCEDIMENTO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR (AEC). -----

Considerando que o Decreto-lei nº 21/2019 de 30 de janeiro, na sua atual redação, concretiza a transferência de competências, no domínio da educação, para os órgãos dos municípios e das entidades intermunicipais, ao abrigo dos artigos 11.º e 31.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto. -----

O artigo 39º do referido decreto-lei estabelece que compete às câmaras municipais promover e implementar medidas de apoio à família que garantam uma escola a tempo inteiro, dentre as quais se incluem as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC). -----

O Programa das AEC encontra-se regulado pela Portaria nº 644-A/2015 do Gabinete do Ministro, de 24 de agosto, e visa cumprir o duplo objetivo de garantir a todos os alunos do 1º ciclo do ensino básico a oferta de um conjunto de aprendizagens enriquecedoras do currículo e de concretizar a articulação entre o funcionamento da escola e a organização de respostas sociais no domínio do apoio às famílias consolidando o conceito de escola a tempo inteiro. -----

Considerando a necessidade de adotar procedimentos que regulem as atividades, atitudes e comportamentos dos intervenientes nas AEC, incluindo alunos, professores titulares de turma, professores/dinamizadores responsáveis pelas atividades, assistentes operacionais, pais e encarregados de educação, através da promoção de uma cultura de responsabilidade; -----

Estabelece-se o seguinte regulamento, aplicável a todos os membros da comunidade escolar do Agrupamento de Escolas de Fornos de Algodres, no âmbito das AEC, fundamentado nos normativos legais que regulamentam a atividade docente, os conteúdos funcionais do pessoal não docente, o estatuto do aluno, bem como os direitos e deveres dos pais e/ou encarregados de educação. -----

Nestes termos, submete-se a presente proposta de Regulamento, para apreciação e votação do Órgão Executivo. -----

O Senhor Presidente usou da palavra, referindo que a presente proposta decorre da necessidade de adaptação do documento à Política da Qualidade do Município de Fornos de Algodres. Informou que, futuramente, no que respeita a regulamentos municipais, a metodologia a adotar implicará a sua prévia apreciação em reunião de Câmara, com vista à autorização para o início do procedimento de alteração. Posteriormente, será emitido Despacho do Presidente da Câmara determinando a abertura da audiência de interessados relativamente ao projeto de regulamento, sendo dessa abertura dado conhecimento aos Senhores Vereadores e aos Senhores Deputados da Assembleia Municipal. Acrescentou que será igualmente promovida a auscultação das entidades competentes e que, decorrido o prazo de trinta dias, serão analisados os eventuais contributos apresentados, elaborando-se o respetivo relatório, podendo haver lugar à introdução de alterações ao regulamento em função dos mesmos. Por fim, o documento final será novamente apreciado e aprovado em reunião de Câmara, para posterior submissão à Assembleia Municipal. -----

O Senhor Vereador Rui Furtado usou da palavra salientando a importância das atividades extracurriculares, no entanto, deixou um apelo a todos os intervenientes que as executam, em termos de conteúdos programáticos, uma vez que, atualmente, as crianças do primeiro Ciclo, não têm tempo livre para brincar e, como tal, deveria ser-lhes concedido mais tempo de lazer, até para poderem desenvolver outro tipo de aptidões. Acrescentou ainda que as referidas atividades são de extrema importância, até porque inibem as crianças de estarem tanto tempo em frente às telas dos telemóveis, tablets e computadores. -----

O Senhor Presidente usou da palavra, manifestando a sua concordância com o Senhor Vereador Rui Furtado quanto à necessidade de assegurar às crianças tempo livre para brincar. Esclareceu que os programas das Atividades de Enriquecimento Curricular são sempre apresentados à Direção do Agrupamento de Escolas e aprovados em sede de Conselho Pedagógico, sendo devidamente ponderado o equilíbrio entre atividades estruturadas e momentos de natureza lúdica. -----

Acrescentou que as Atividades de Enriquecimento Curricular integram diversas áreas, designadamente Atividade Física, Expressão Plástica, Educação Ambiental — enquanto vertente inovadora —, Natação, Ensino da Música e Expressão Dramática, tendo o Inglês passado a integrar a componente letiva. Sublinhou que estas atividades constituem uma resposta relevante, quer na promoção de hábitos mais ativos e na redução do tempo excessivo de exposição a dispositivos digitais, quer no apoio às famílias do concelho, assegurando uma resposta educativa complementar. Salientou ainda que, ao contrário do que sucede em muitos concelhos do país, estas atividades são gratuitas em Fornos de Algodres. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade. -----

5-PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – PROCESSO N.º 07_2025_91 – REGISTO INTERNO N.º 7707. -----

Pretende a requerente Maria de Deus Almeida Diogo Furtado, com o número de identificação fiscal 113570805, celebrar o negócio jurídico de constituição de aumento de partes, com Heitor de Almeida, na proporção de 1/2 para cada, do prédio rústico, com a área de 0,9990ha (conforme CRP), sito em Portelas, freguesia de Algodres, concelho de Fornos de Algodres, inscrito na matriz predial sob o artigo 1614, descrito como terreno de pinhal e pastagem, a confrontar de Norte: Caminho público; Sul: Caminho público; Nascente: António Augusto Pais; Poente: Herd. De António Lopes Lagarto. -----

O prédio enquadra-se, no Plano Diretor Municipal de Fornos de Algodres, em espaço agrícola de produção (artigos 29º a 31º do Regulamento do Plano Diretor Municipal – RPDM) e classificado com as perigosidades de risco de incêndio “baixa” e “muito baixa” no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Fornos de Algodres. -----

Para efeitos do disposto nos números 1 e 2, do artigo 54º, da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 70/2015, de 16 de julho e posteriores alterações, verificando que do ato ou negócio jurídico não resulta parcelamento físico em violação dos regimes legais dos loteamentos urbanos e do fracionamento dos prédios rústicos, nada há a opor à emissão de parecer favorável da pretensão do requerente, propondo-se que o presente parecer seja sujeito a apreciação e votação na presente reunião do Órgão Executivo. -----

O Senhor Presidente usou da palavra, referindo que o ponto em apreciação respeita à emissão de certidão de compropriedade, no âmbito do processo n.º 7/2025/91, referente ao prédio rústico inscrito sob o artigo matricial n.º 1614, sito na freguesia de Algodres, pretendendo-se a emissão de parecer favorável à constituição de compropriedade, com divisão ideal em duas partes. Mais informou que o prédio em causa possui aproximadamente um hectare, encontrando-se classificado no PDM como espaço de produção agrícola, com risco de incêndio muito baixo, resultando que não poderá haver lugar a parcelamento físico do mesmo sem a presente deliberação. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, dar parecer favorável. -----

6-PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – PROCESSO N.º 07_2026_1 – REGISTO INTERNO N.º 92. -----

Pretende a requerente Maria Isabel Feio Pereira, com o número de identificação fiscal 254170081, celebrar o negócio jurídico de constituição de aumento de partes, com o seu irmão Alcides Pires de Almeida, na proporção de 1/2 para cada, dos seguintes prédios rústicos: -----

- **Prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo 158, com a área de 0,4980ha (conforme CRP), sito em Fontinha da Morte, Freguesia de Queiriz, concelho de Fornos de Algodres, descrito como terreno de pinhal e pastagem, a confrontar de Norte: Francisco de Almeida Feio; Sul: José Gomes Marques; Nascente: Adelino de Almeida Andrade; Poente: António de Andrade. -----**

O prédio enquadra-se, no Plano Diretor Municipal de Fornos de Algodres, em espaço florestal de produção (artigos 32º a 34º do Regulamento do Plano Diretor Municipal – RPDM) e em Estrutura Ecológica Municipal com a classificação de áreas de risco de erosão (artigo 8º do RPDM). Enquadra-se, na sua totalidade, em Reserva Ecológica Nacional (REN). O prédio encontra-se classificado com a perigosidade de risco de incêndio “muito alta” no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Fornos de Algodres. Para efeitos do disposto nos números 1 e 2, do artigo 54º, da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 70/2015, de 16 de julho e posteriores alterações, verificando que do ato ou negócio jurídico não resulta parcelamento físico em violação dos regimes legais dos loteamentos urbanos e do fracionamento dos prédios rústicos, nada há a opor à emissão de parecer favorável da pretensão da requerente, propondo-se que o presente parecer seja sujeito a apreciação e votação na presente reunião do Órgão Executivo. -----

O Senhor Presidente usou da palavra referindo que o assunto em questão se refere a uma certidão de compropriedade requerida por Maria Isabel Feio Pereira, relativa a vários prédios rústicos na freguesia de Queiriz e para os artigos 158, 704, 711, 910, 1241 e 1276, sendo que se propõe a emissão favorável à sua constituição para o aumento do número de compartes entre a Maria Isabel Feio Pereira e o seu irmão Alcides Pereira de Almeida, na mesma proporção da anterior, sendo que as salvaguardas são iguais às elencadas anteriormente. --

A Câmara deliberou por unanimidade, dar parecer favorável. -----

7-PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – PROCESSO N.º 07_2026_18 – REGISTO INTERNO N.º 305. -----

Pretende a requerente Maria da Anunciação Pais Cardoso, com o número de identificação fiscal 112644465, celebrar o negócio jurídico de constituição de aumento de compartes em nome de Carlota Freire d'Andrade de Albuquerque Rodrigues Cunha Matos, com o número de identificação fiscal 223972860 e Tomás Freire d'Andrade de Albuquerque Rodrigues, com o número de identificação fiscal 240394682, na proporção de 1/2 para cada, do prédio rústico, com a área de 0,3046ha (conforme CRP), sito em Trancas de Baixo, Vila Ruiva, União das freguesias de Juncas, Vila Ruiva e Vila Soeiro do Chão, concelho de Fornos de Algodres, inscrito na matriz predial sob o artigo 2243, descrito como terreno de regadio. Oliveira, fruteiras, pastagem

e videira a confrontar de Norte: António Pereira Laginhas; Sul: Servidão; Nascente: Maria Antónia Pereira Laginhas; Poente: Idalina dos Anjos Laginhas. -----

O prédio enquadra-se, no Plano Diretor Municipal de Fornos de Algodres, em espaço agrícola de produção (artigos 29º a 31º do Regulamento do Plano Diretor Municipal – RPDM), em espaço florestal de produção (artigos 32º a 34º do RPDM) e em Estrutura Ecológica Municipal com a classificação de áreas de máxima infiltração (artigo 8º do RPDM). A parte do prédio enquadrada em espaço agrícola de produção, encontra-se em Reserva Agrícola Nacional (RAN). O prédio encontra-se classificado com a perigosidade de risco de incêndio “muito baixa” no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Fornos de Algodres. Para efeitos do disposto nos números 1 e 2, do artigo 54º, da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 70/2015, de 16 de julho e posteriores alterações, verificando que do ato ou negócio jurídico não resulta parcelamento físico em violação dos regimes legais dos loteamentos urbanos e do fracionamento dos prédios rústicos, nada há a opor à emissão de parecer favorável da pretensão da requerente, propondo-se que o presente parecer seja sujeito a apreciação e votação na presente reunião do Órgão Executivo. -----

O Senhor Presidente usou da palavra, referindo que o assunto em apreciação respeita à emissão de certidão de compropriedade, com o consequente aumento do número de compartes de um prédio rústico na mesma proporção, sendo requerentes Carlota Freire de Andrade de Albuquerque Rodrigues Cunha Matos e Tomás Freire de Andrade de Albuquerque Cunha Rodrigues. Mais informou que se trata de um prédio rústico sito em Vila Ruiva, com uma área aproximada de 0,3 hectares, descrito como terreno de regadio, classificado com risco de incêndio muito baixo. Acrescentou que, em termos de ordenamento, parte da área se encontra integrada em RAN, estando o prédio, de acordo com o PDM, classificado como espaço agrícola de produção e espaço florestal de produção, com área máxima de impermeabilização definida. Relativamente às salvaguardas aplicáveis, referiu que são idênticas às anteriormente mencionadas. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, dar parecer favorável. -----

8-PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO DO INICIO DE PROCEDIMENTOS REGULAMENTARES – REVISÃO DO REGULAMENTO DE TAXAS MUNICIPAIS E DO REGULAMENTO DE TARIFAS E PREÇOS DO MUNICÍPIO, COM HARMONIZAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO QUADRO REGULAMENTAR MUNICIPAL E ELABORAÇÃO DE NOVOS REGULAMENTOS. -----

Coloca-se à consideração do Executivo Municipal, a seguinte proposta de deliberação: -----

- **Dar início ao procedimento administrativo para alteração dos seguintes regulamentos:**
Reg.CMFA.01 – Regulamento de Taxas Municipais; -----

- **Reg.CMFA.48 – Regulamento de Tarifas e Preços do Município; nos termos do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA).** -----
- **Dar início ao procedimento administrativo, em consequência do ponto anterior, para revisão/harmonização dos seguintes regulamentos municipais: Reg.CMFA.15.01 – Regulamento de Táxis**
- **Reg.CMFA.49.01 – Regulamento da Biblioteca Municipal** -----
- **Reg.CMFA.10.01 – Regulamento da Estação Central de Camionagem** -----
- **Reg.CMFA.11.01 – Regulamento de Horários dos Estabelecimentos Comerciais** -----
- **Reg.CMFA.12.01 – Regulamento Municipal de Uso de Fogo** -----
- **Reg.CMFA.13.02 – Regulamento de Toponímia e Numeração de Polícia** -----
- **Reg.CMFA.16.02 – Regulamento de Funcionamento da Piscina Municipal** -----
- **Reg.CMFA.17.01 – Regulamento de Zonas de Estacionamento de Duração Limitada** -----
- **Reg.CMFA.18.02 – Regulamento do Mercado Municipal** -----
- **Reg.CMFA.19.02 – Regulamento de Transportes Escolares** -----
- **Reg.CMFA.21.03 – Regulamento de Apoios ao Pré-Escolar e 1.º Ciclo** -----
- **Reg.CMFA.22.01 – Regulamento do Arquivo Municipal** -----
- **Reg.CMFA.27.01 – Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE) e Liquidação de Taxas** -----
- **Reg.CMFA.28.01 – Regulamento sobre Atividades Diversas** -----
- **Reg.CMFA.29.06 – Regulamento da Feira do Queijo** -----
- **Reg.CMFA.31.01 – Regulamento do Cemitério Municipal** -----
- **Reg.CMFA.42.03 – Regulamento de Ocupação de Tempos Livres** -----
- **Reg.CMFA.51.01 – Regulamento “Fornos de Algodres Youth Cup”** -----
- **Reg.CMFA.52.01 – Regulamento do Museu e Posto de Turismo** -----
- **Reg.CMFA.65.01 – Regulamento de Utilização da Praia Fluvial de Ponte de Juncais.** -----
- **Reg.CMFA.66.01 – Regulamento do Campo de Férias “Férias em Movimento”** -----
- **Reg.CMFA.72.01 – Regulamento do Adicional IMI** -----
- **Reg.CMFA.73.01 – Normas de Utilização da Residência de Estudantes** -----
- **Reg.CMFA.75.01 – Regulamento de Apoio ao Voluntariado dos Bombeiros** -----
- **3. Dar início ao procedimento administrativo para elaboração dos seguintes regulamentos:**
- Regulamento do Centro Oficial de Recolha de Animais de Companhia.** -----
- **Regulamento do Código de Posturas** -----
- **Regulamento do Ginásio Municipal** -----
- **Regulamento do Pavilhão Municipal** -----
- **Regulamento do Espaço de Coworking** -----
- **Regulamento da Mera Comunicação Prévia (MCP) de espetáculos de natureza artística** -----

- 4. Fixar o prazo de 30 dias úteis para a constituição de interessados, a contar da data da publicitação do início de cada procedimento regulamentar. -----
- 5. Determinar que a constituição de interessados seja efetuada por requerimento enviado por email para consultaspublicas@cm-fornosdealgodres.pt, com o assunto: “Constituição de Interessado – Procedimentos Regulamentares Municipais”. -----
- 6. Fixar o prazo de 30 dias úteis para a apresentação de contributos, a contar da data da publicitação do início do procedimento. -----
- 7. Determinar que os contributos sejam enviados para consultaspublicas@cm-fornosdealgodres.pt, com o assunto: “Contributos – Procedimentos Regulamentares Municipais”. -----
- 8. Delegar a direção do procedimento no Dr. Pedro Azevedo, nos termos do artigo 55.º do CPA. ---
- 9. Aprovar a identificação dos responsáveis pela elaboração dos projetos e das entidades/interessados a consultar, conforme os quadros constantes nos documentos de suporte. -----
- • O Município deve assegurar que o seu quadro regulamentar se encontra atualizado, coerente e adequado às necessidades atuais, garantindo clareza e previsibilidade para munícipes, associações e agentes económicos. -----
- • A revisão do Reg.CMFA.01 – Regulamento de Taxas Municipais e do Reg.CMFA.48 – Regulamento de Tarifas e Preços do Município é prioritária por se tratar de instrumentos estruturantes, com impacto direto na definição e cobrança de valores associados a um conjunto amplo de serviços e utilizações municipais. -----
- • A alteração daqueles dois regulamentos terá implicações em múltiplos regulamentos setoriais, impondo-se, por isso, uma revisão/harmonização transversal, com objetivos de harmonização terminológica e procedimental, desburocratização e simplificação. -----
- • Paralelamente, torna-se necessário dotar o Município de regulamentos específicos para respostas/equipamentos que estarão em funcionamento a curto/médio prazo, garantindo regras claras de acesso, utilização e funcionamento. -----

O Senhor Presidente usou da palavra, referindo que se encontra em apreciação o início dos procedimentos regulamentares tendentes à revisão do Regulamento de Taxas e do Regulamento de Tarifas e Preços, bem como à harmonização dos demais regulamentos existentes no âmbito do quadro regulamentar municipal, e ainda à elaboração de novos regulamentos que poderão ter impacto nas taxas e tarifas a aprovar. Nestes termos, propôs que o assunto fosse aprovado, com vista a autorizar o início do procedimento administrativo de alteração dos regulamentos identificados na respetiva informação, bem como a elaboração dos novos regulamentos previstos. - Foi fixado o prazo de trinta dias úteis para a constituição de interessados e igual prazo para a apresentação de contributos, a remeter para o endereço eletrónico consultaspublicas@cm-fornosdealgodres.pt. Mais foi deliberado delegar a direção do procedimento no Dr. Pedro Azevedo. No mesmo âmbito, foi facultado um quadro identificando os responsáveis pela elaboração dos projetos de regulamento, bem como as entidades a consultar. Caso a

proposta venha a ser aprovada, deverá a mesma ser publicitada no Portal do Município de Fornos de Algodres e proceder-se à notificação das entidades competentes. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

9-PROPOSTA DE ATA EM MINUTA, PARA APROVAÇÃO -----

O Senhor Presidente, após leitura da minuta da ata, propôs a sua aprovação. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade. -----

Não se tendo verificado a intervenção de público e não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, da qual nos termos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, foi lavrada a presente ata que vai ser lida e assinada nos termos da lei. -----

O Presidente da Câmara

(Dr. Alexandre Filipe Fernandes Lote)

A Secretária

(Célia Maria Candeias Ferreira)

O Original encontra-se assinado
no Gabinete de Apoio à Presidência